

**PLANO DE TRABALHO****1- DADOS CADASTRAIS**

Órgão / Entidade Proponente <b>Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO</b>			CNPJ <b>03.537.443/0001-04</b>	
Endereço Rua Voluntários da Pátria, nº 286, 5º andar e 6º andar, sala 603 - Botafogo				
Cidade Rio de Janeiro	UF RJ	CEP 22.270-014	DDD / Telefone 21 21235300	
Nome do Responsável <b>Rosa Maria Lemos de Sá</b>			CPF <b>317.697.566-04</b>	
CI / Órgão Exp. M-750.784 SSP/MG	Cargo Secretária-Geral	Função – Representante L.		Matrícula
Endereço Av. Atlântica nº 778, apto. 1102, Leme, Rio de Janeiro/RJ			CEP 22.010-000	
Órgão / Entidade Concedente <b>Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins</b>			CNPJ 33.195.942/0001-21	
Endereço 302 Norte, Alameda 01, Lote 03, Plano Diretor Norte				
Cidade Palmas	UF TO	CEP	DDD / Telefone	
Nome do Responsável <b>Sebastião Albuquerque Cordeiro</b>			CPF 320.876.752-87	
CI / Órgão Exp. 795.469 – 87 SSP/TO	Cargo Secretário de Estado do Meio Ambiente	Função Secretário de Estado		Matrícula XXX
Endereço XXX			CEP XXX	

**2 – OUTROS PARTICIPES**

Nome <b>Ministério do Meio Ambiente</b>	CNPJ/CPF <b>37.115.375/0002-98</b>	
Endereço Esplanada dos Ministérios, Bloco b – 5º andar		CEP <b>70.068-900</b>

### 3 – DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto: ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO TOCANTINS E O FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE - FUNBIO, PARA IMPLEMENTAR O PROGRAMA ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA, COM A INTERVENIÊNCIA DA UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE.	Período de Execução	
	2021	2025

**Identificação do objeto:**  
Estabelecer cooperação técnica entre o **ESTADO DE TOCANTINS** e o Fundo Brasileiro para Biodiversidade - **FUNBIO**, na implementação das atividades do Programa Áreas Protegidas da Amazônia - **ARPA**, no que se refere à aquisição de bens e contratação de serviços e obras, para a criação, implantação e consolidação de Unidades de Conservação Estaduais contempladas pelo Programa ARPA, no bioma Amazônia.

#### JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

O Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) instituído pelo Decreto Presidencial nº 4.326 de 08 de agosto de 2002, revogado pelo Decreto nº 8.505, de 20 de agosto de 2015, tem como finalidade expandir e consolidar o sistema de áreas protegidas do bioma Amazônia, de modo a assegurar a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável da região, contribuindo dessa forma para a implementação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

O Programa Arpa é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), que promove o planejamento de metas, monitora e supervisiona a sua execução. A execução financeira do Arpa está a cargo do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), enquanto a execução técnica é feita pelos órgãos gestores de unidades de conservação nas esferas federal e estadual. O Programa Arpa conta com recursos de doação de diferentes organizações, principalmente: o Fundo para o Meio Ambiente Global (GEF), por meio do Banco Mundial; o Instituto de Crédito para a Reconstrução (KfW), o Fundo Mundial para a Natureza (WWF-Brasil), Ministério do Meio Ambiente Alemão (BMU), além da dotação orçamentária do Governo Brasileiro e de doações do setor empresarial privado.

Segundo o SNUC, a competência de implantação da Política Nacional de Unidades de Conservação no âmbito Estadual cabe ao Órgão Estadual de Meio Ambiente. Entre as ações da Política sob responsabilidade do Estado inclui-se a criação, consolidação e administração de Unidades de Conservação, em sua esfera de atuação.

O Fundo Brasileiro para a Biodiversidade, associação civil sem fins lucrativos, responsável pela execução financeira do Programa atende às demandas de bens e serviços dos executores para a realização dos seus objetivos e metas com recursos provenientes da doação, tendo a responsabilidade de firmar os acordos de doação.

Tendo em vista o Acordo de Cooperação que está sendo firmado entre o Estado e o Funbio com a interveniência da União, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente, no qual foram definidas as responsabilidades e obrigações entre as partes na implementação da Convenção da Diversidade Biológica no âmbito do Programa Áreas Protegidas da Amazônia e a necessidade de continuidade na implementação a nível Estadual do Arpa, celebra-se Acordo entre o executor técnico Estadual e o executor financeiro.

#### **4 – FASES DO TRABALHO CONJUNTO**

- 1.** Coordenação e execução de estudos prévios para a criação de Unidade de Conservação Estaduais de acordo com os critérios e polígonos prioritários estabelecidos pelo Programa **ARPA**;
- 2.** Elaboração e encaminhamento dos Planos Operativos - **POs** da(s) Unidade(s) de Conservação Estaduais contempladas pelo Programa ARPA à Unidade de Coordenação do Projeto-**UCP-MMA**;
- 3.** Realização de Oficinas para elaboração do Plano Operativo – PO;
- 4.** Realização de Reuniões para discussão técnica;
- 5.** Preenchimento e validação das ferramentas de monitoramento;
- 6.** Preenchimento e validação do Plano de trabalho e planejamento de insumos pelo **OG**;
- 7.** Execução das ações/atividades previstas no PO;
- 8.** Implementação do Plano de Trabalho.

## 5 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META, ETAPA OU FASE)

Meta	Especificação	Porcentagem do número de UC que atendem à meta por ano <sup>1</sup>				
		2021	2022	2023	2024	2025
1	Plano de manejo revisado	5%	50%	70%	95%	100%
2	Conselho oficialmente constituído e em funcionamento	100%	100%	100%	100%	100%
3	Sinalização dos principais pontos de acesso às UCs ou manutenção e reforço da sinalização da UC em alinhamento com o Plano de Manejo	100%	100%	100%	100%	100%
4	Materialização dos limites da UC em pontos estratégicos (UC em grau II <sup>2</sup> )	100%	100%	100%	100%	100%
5	Construção e assinatura dos Termos de Compromisso ou das Concessão de Direito Real de Uso (UC em grau II)	100%	100%	100%	100%	100%
6	Levantamento da situação fundiária e preparação para ações de regularização fundiária (UC em grau II)	100%	100%	100%	100%	100%
7	Plano de Proteção Implementado ou em alinhamento com o Plano de Manejo	100%	100%	100%	100%	100%
8	Aquisição de um conjunto básico de equipamentos para operacionalização da UC, ou de um conjunto de equipamentos necessários para fazer frente às ameaças e atividades mais avançadas de gestão	100%	100%	100%	100%	100%
9	Construção e manutenção de sede ou centro de convivência para as atividades de administração, alojamento e armazenamento de equipamentos	100%	100%	100%	100%	100%
10	Desenvolvimento de pesquisas e estudos sobre desafios de manejo das UC (UC em grau II)	100%	100%	100%	100%	100%
11	Monitoramento de ao menos um indicador da biodiversidade, uso de recursos ou integridade da paisagem, ou implementação dos Protocolos de Monitoramento do Programa	100%	100%	100%	100%	100%
12	Manutenção das informações básicas do Cadastro Nacional de UC (CNUC) atualizadas	100%	100%	100%	100%	100%
13	Alocação orçamentária compatível com as necessidades de manutenção da UC e complementar à alocação do Programa	100%	100%	100%	100%	100%
14	Equipe gestora mínima para suas necessidades, localizada de forma a contribuir com o desempenho da unidade	100%	100%	100%	100%	100%

Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade FUNBIO
Data ____/____/____	Data ____/____/____

<sup>1</sup> Vale ressaltar que considera-se apenas meta alcançada e não cenário de avanço/resultados intermediários.

<sup>2</sup> Grau I compreende os instrumentos básicos para a gestão, e grau II compreende os elementos para fazer frente a ameaças e pressões e realização de atividades adicionais.